

**Ministério de Minas e Energia**  
**Assessoria de Comunicação Social - ASCOM**

**Sumário**

|                                                                               |           |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>VEÍCULO: O Globo.....</b>                                                  | <b>2</b>  |
| Título: É saudável reduzir reserva de mercado no petróleo .....               | 2         |
| Título: Petrobras reduz preço da gasolina em 5,4% .....                       | 3         |
| Título: Conta de luz voltará a ter sobretaxa em março.....                    | 4         |
| Título: Vale cede à pressão política e troca comando .....                    | 5         |
| <b>VEÍCULO: Folha de S. Paulo .....</b>                                       | <b>7</b>  |
| Título: Distribuidoras rivais lucram com política da Petrobras .....          | 7         |
| Título: Agência quer definir leilões nos próximos cinco anos.....             | 9         |
| Título: Conta de luz fica mais cara em março com bandeira amarela .....       | 10        |
| <b>VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....</b>                                     | <b>11</b> |
| Título: A concorrência no mercado de combustíveis.....                        | 11        |
| Título: Contas de luz voltam a ter cobrança adicional em março.....           | 12        |
| Título: Preço da gasolina na refinaria volta a cair .....                     | 13        |
| Título: Murilo Ferreira deixa comando da Vale e por sucessor é reforçada..... | 14        |
| <b>VEÍCULO: Correio Braziliense.....</b>                                      | <b>16</b> |
| Título: Petrobrás reduz preço da gasolina e diesel nas refinarias .....       | 16        |

**VEÍCULO: O Globo****Seção: Opinião****Autor:****Título: É saudável reduzir reserva de mercado no petróleo**

O aparelhamento da Petrobras, executado tão logo o presidente Lula assumiu, em janeiro de 2003, produziu, como documentado pelas investigações do Ministério Público e PF, confirmadas até agora na Justiça, o mais amplo esquema de corrupção já instalado numa estatal. Mais do que isso, houve danos a toda a indústria do petróleo no país. Porque, ao lado do petrolão, desbaratado pela Lava-Jato, processo ainda em curso, foi aplicado, a partir da estatal, um projeto autárquico, inspirado no dirigismo do governo Geisel, na ditadura militar, de uso do enorme poder de compra da empresa para substituir importações de equipamentos usados na atividade de exploração e produção de petróleo — sondas, navios etc.

**A qualquer preço.** Também como parte deste projeto, adotouse o sistema de partilha para as promissoras camadas do pré-sal, e não o modelo de concessão, mais atraente para os parceiros privados. As concessões já haviam provado a eficácia ao patrocinar o grande salto na produção de hidrocarbonetos a partir da aceleração das descobertas na Bacia de Campos. Mas era conveniente o sistema de partilha, para aumentar o poder do Estado na contratação de grupos privados para explorar o pré-sal. Estabeleceu-se até um anacrônico e inviável monopólio da Petrobras na operação nesta área, assim como a regra, também estatista, de uma participação compulsória de 30% da empresa em todo consórcio no pré-sal.

Ela sequer teria condições financeiras de assumir tantos compromissos. Também porque, numa outra ponta do lulopetismo, estava sendo saqueada por uma associação de políticos principalmente do PT, PMDB e PP com empreiteiras. O afastamento de Dilma, por impeachment, abriu espaço para a revisão de regras anacrônicas como estas e a redução de exigências irreais de índices de nacionalização de equipamentos. O que acaba de ser feito. Rompe-se uma anacrônica reserva de mercado criada para fornecedores nacionais. Não que seja equivocado, em si, destinar encomendas de equipamentos para o mercado interno, por meio de políticas industriais específicas que usem como alavanca grandes projetos nacionais de investimento. No caso, exploração de óleo e gás. Isso já acontece nas concessões, fora do pré-sal.

Mas o radicalismo estabeleceu índices de nacionalização muito elevados, contra os interesses da própria Petrobras. Pois a empresa começou a enfrentar estouro de prazos e de custos nas encomendas, fatal para qualquer projeto de investimento. Não bastasse o efeito da corrupção no caixa da estatal, fornecedores não devidamente qualificados ampliaram as dificuldades da

empresa na área operacional. O governo reduziu em 50% a obrigatoriedade de conteúdo nacional nos investimentos em campos de grandes dimensões que serão leiloados a partir deste ano. Houve, ainda, diminuição das multas pelo não cumprimento dos parâmetros de conteúdo nacional.

Tenta-se evitar disputas judiciais nessas divergências, algo também positivo. Outra medida acertada é destinar recursos das multas para um fundo de apoio aos fornecedores nacionais. Seus representantes criticam as mudanças. Era esperado. Melhor, porém, é investir em melhorias na qualidade dos equipamentos nacionais. Proteger o país ou qualquer área da competição com o exterior é decretar a eternização do atraso.

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Bruno Ros**

**Título: Petrobras reduz preço da gasolina em 5,4%**

Para consumidor, queda pode chegar a R\$ 0,09 por litro. É o 2º recuo consecutivo

A Petrobras decidiu baixar o preço dos combustíveis em pleno carnaval. A estatal anunciou ontem que, a partir do primeiro minuto de hoje, reduziu o valor do diesel nas refinarias em 4,8%, em média, e o da gasolina em 5,4%, em média. Esse é o segundo recuo consecutivo. Se essa redução for integralmente repassada aos postos, o diesel pode cair 3%, ou cerca de R\$ 0,09 por litro, em média, e a gasolina, 2,3% ou R\$ 0,09 por litro, em média.

Em nota, a estatal atribui a queda dos preços à valorização do real no último mês, à redução no valor dos fretes marítimos e aos "ajustes na competitividade da Petrobras no mercado interno". Na opinião de David Zylbersztajn, ex-diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), a empresa vem perdendo participação de mercado devido à maior concorrência com a importação de combustíveis, que vem aumentando.

— É um ajuste de mercado. Se a Petrobras vender gasolina e diesel mais caro que os concorrentes, vai continuar perdendo mercado. Esse movimento é saudável para o país. A competição hoje está acontecendo, de fato. Mas o impacto para o consumidor acaba sendo pequeno, porque fica na casa dos centavos — disse Zylbersztajn.

No fim de janeiro, a estatal havia anunciado uma redução dos preços nas refinarias de 5,1% para o óleo diesel e de 1,4% para a gasolina, em média.

NOVOS ACORDOS EM NY

Ontem, o Conselho de Administração da Petrobras aprovou novos acordos para encerrar quatro ações individuais na Corte Federal de Nova York. Em comunicado, a esta-tal explica que chegou a um acordo com New York City Employees Retirement System, Transamerica Income Shares, Internationale Kapitalanlagegesellschaft e Lord Abbett Investment Trust. A Petrobras já havia celebrado acordos para encerrar outras 15 ações individuais.

"Como resultado dos acordos alcançados e do estágio de negociações em andamento com outros autores de ações individuais, a companhia prevê, atualmente, que o valor total da provisão para o exercício de 2016 será de US\$ 372 milhões, dos quais US\$ 364 milhões já haviam sido provisionados em 30 de setembro de 2016" destacou a estatal.

Além disso, a Petrobras tem outros oito processos individuais e uma ação coletiva em curso na Justiça de Nova York.

**VEÍCULO: O Globo**

**Seção: Economia**

**Autor: Ramona Ordonez**

**Título: Conta de luz voltará a ter sobretaxa em março**

Aneel determina cobrança de bandeira amarela devido ao maior uso de termelétricas

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) anunciou ontem que haverá cobrança da bandeira amarela nas tarifas de energia a partir de março. A decisão foi tomada devido à necessidade de acionar uma usina termelétrica no Nordeste. Como a energia gerada por termelétricas tem um custo maior, haverá a cobrança da taxa extra do consumidor. Serão R\$ 2,00 por cada 100 quilowatts/hora (KW/H) de consumo.

Na semana passada, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou um ajuste no valor das bandeiras tarifárias a vigorar em 2017. O valor de cobrança pela bandeira amarela subiu de R\$ 1,50 para R\$ 2,00 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos, e a vermelha em patamar 2 caiu de R\$ 4,50 para R\$ 3,50. A vermelha patamar 1 ficou inalterada em R\$ 3,00. Com isso, a cobrança mínima subiu, mas a máxima caiu. A bandeira verde não gera custo extra.

"No mês de março a previsão das vazões que chegam nos reservatórios das hidrelétricas ficou abaixo da expectativa anterior, o que levou a indicação de maior geração termelétrica como medida para preservar os níveis de armazenamento e garantir o atendimento à carga do sistema", disse a Aneel, em nota, ao informar a cobrança da bandeira amarela.

O sistema de bandeira tarifária entrou em vigor em 2015 e, mensalmente, há uma classificação da geração de energia. A bandeira verde, sem cobrança extra do consumidor, ocorre quando há muita energia hidrelétrica, mais barata. Amarela ocorre quando o sistema estiver utilizando algumas termelétricas, mais caras. E, quando o país estiver utilizando muita energia de termelétricas, haverá as bandeiras vermelhas. (Ramona Ordóñez)

**VEÍCULO:** O Globo

**Seção:** Economia

**Autor:** Danielle Nogueira

**Título:** Vale cede à pressão política e troca comando

Murilo Ferreira anuncia que deixará a presidência em maio após insatisfação de tucanos e peemedebistas de Minas

A política voltou a ditar os rumos do comando da Vale, maior produtora global de minério de ferro e uma das maiores empresas do país. Mesmo satisfeitos com a gestão de Murilo Ferreira, seus principais acionistas — Bradesco, a japonesa Mitsui e a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) — cederam às pressões do governo e de parlamentares e concordaram com a substituição do executivo, segundo fontes. Ferreira anunciou sua saída na manhã de ontem, após reunião com a diretoria, como antecipado pelo colunista do GLOBO Lauro Jardim. Ele permanecerá no cargo até seu mandato acabar, em 26 de maio.

A saída de Ferreira vinha sendo costurada no Palácio do Planalto. As principais pressões sobre o presidente Michel Temer (PMDB-SP) vinham de Minas Gerais, tanto de peemedebistas como de tucanos, insatisfeitos com as demissões no estado em 2015, o acidente da Samarco em Mariana e o menor protagonismo de Minas Gerais na estratégia da Vale. O vice-governador de Minas e presidente do PMDB no estado, Antonio Andrade, era um dos principais interlocutores no Palácio.

Nas últimas semanas, o senador Aécio Neves (PSDB-MG), que também vinha se articulando para indicar o sucessor de Ferreira, aumentou a pressão sobre Temer. Segundo uma fonte, o senador vê na Vale uma forma de compensar a perda de poder em Minas desde 2014, quando não conseguiu eleger o candidato tucano para o governo estadual e teve de amargar a derrota para o petista Fernando Pimentel. — As estatais de Minas estão fechadas para o Aécio. Ele busca indicar alguém de sua confiança para a Vale — disse a fonte.

"A FILA TEM QUE ANDAR"

A assessoria de imprensa do senador não confirmou envolvimento pessoal de Aécio na sucessão de Ferreira, mas disse que ele defende um nome técnico para a empresa. Andrade confirma que teve conversas com Temer sobre o assunto e que o presidente sinalizou que a escolha seria pautada "por um nome de mercado"! Desde o ano passado, Temer manda recados de que não permitirá indicações meramente políticas. Seu receio é que isso tenha má repercussão no mercado num momento em que o país precisa atrair investidores.

Apesar de, esta semana, ter sido anunciada uma proposta de novo acordo de acionistas da Vale, que, no futuro, deve reduzir a influência do governo sobre a mineradora, a ingerência política sobre a empresa ainda é forte. Os fundos de pensão de estatais e o BNDES detêm maioria na Valepar, holding que controla a companhia. Apenas em 2020, quando termina o prazo do novo acordo de acionistas, é que a Vale estará livre das amarras do governo e possivelmente listada no Novo Mercado, o mais alto nível de governança da Bolsa.

Há seis anos a Vale também foi alvo de ingerência política. Roger Agnelli, que ocupou a presidência da empresa até maio de 2011 e que havia sido indicado pelo Bradesco, sofreu forte pressão de petistas. O executivo, que já havia se desentendido com o ex-presidente Lula devido às demissões feitas em plena crise de 2008, era pressionado a investir em siderurgia. Agnelli, que mais tarde morreria num acidente de avião, não permaneceu no cargo.

Em teleconferência com jornalistas ontem, Ferreira disse que tomou a decisão de anunciar sua saída após notícias sobre sua sucessão pipocarem esta semana. Segundo fontes, o executivo conversou ontem à noite com os acionistas privados e ficou acertado que ele faria o anúncio antes do fim do mandato. Procurados, Bradesco, Mitsui e Previ não se manifestaram.

— O noticiário esquentou de tal forma (esta semana), que achei que devia acelerar (a decisão). Tomei a decisão ontem à noite e me senti na obrigação de que isso fosse publicado hoje. Transparência é fundamental — afirmou Ferreira.

Nascido em Uberaba, Ferreira, que fará 64 anos em junho, contou que poderia ficar mais um ano à frente da companhia, uma vez que as regras da Vale limitam a idade da diretoria executiva em 65 anos. Mas disse que, comentando uma expressão muito usada por sua filha, "a fila tem que andar": — Não tenho a mosca azul do poder. A fila tem que andar.

## BOLSA DE APOSTAS

Ele disse ainda que "nem desconfia" de quem será seu sucessor e negou que tenha feito incursões no meio político para salvar seu mandato. Segundo fontes, porém, o diretor de Recursos Humanos, Sustentabilidade, Integridade

Corporativa e Consultoria Geral, Clóvis Torres, teria percorrido gabinetes de Brasília em defesa do presidente da Vale.

Em nota, o presidente da Previ e presidente do Conselho de Administração da Vale, Gueitiro Matsuo Genso, informou que será contratada uma empresa de recrutamento para indicar potenciais sucessores. Nos bastidores, o processo vem sendo conduzido pessoalmente pelo presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e do Banco do Brasil, Paulo Caffarelli.

São muitos os nomes na bolsa de apostas. Além de Clovis Torres, que ganhou muito poder na empresa na gestão de Ferreira, são cogitados Nelson Silva, diretor de Estratégia da Petrobras, que já trabalhou na Vale, e Eduardo Bartolomeo, ex-diretor da Vale e atual conselheiro da mineradora. Outros nomes citados são o de Tito Martins, ex-diretor da Vale e atual presidente Votorantim Metais e dois atuais diretores da Vale: Luciano Siani (Finanças) e Peter Poppinga (Ferrosos). O ex-diretor de Ferrosos da mineradora José Carlos Martins teria sido vetado pelo Bradesco.

Ferreira assumiu o comando da mineradora em 2011, no fim do superciclo das commodities. Liderou uma estratégia de redução de custos e venda de ativos, o que vez a Vale encolher: em 2010, a empresa atuava em 38 países e tinha 174 mil funcionários. Em 2015, tinha operações ou escritórios em 27 nações e 166 mil empregados. Com a queda do preço do minério de ferro, viu o valor de mercado despencar quase 40%, para R\$ 169,8 bilhões.

Concluiu o mais importante projeto da história da empresa, o S11D (expansão de Carajás, no Pará), mas teve que lidar com o pior acidente ambiental já ocorrido no país, da Samarco (da qual tem 50%), e suportar o prejuízo recorde em 2015 de R\$ 44 bilhões.

**VEÍCULO: FOLHA DE S. PAULO**

**Seção: Mercado**

**Autor: Nicola Pamplona**

**Título: Distribuidoras rivais lucram com política da Petrobras**

Pelo segundo ano seguido, as duas principais distribuidoras privadas de combustíveis do país se aproveitaram da política de preços da Petrobras para inflar seus lucros.

Acusadas pelos postos de não repassarem as reduções de preços promovidas pela estatal no segundo semestre, Raízen (que opera com a marca Shell) e Ipiranga conseguiram ampliar o Ebitda (indicador da capacidade de geração de caixa) em mais de 10% no ano passado.

As duas empresas dividem com a BR Distribuidora, subsidiária da Petrobras, o controle sobre as vendas de combustíveis no país.

Nos últimos anos, têm aproveitado os preços mais altos da Petrobras para importar gasolina e diesel mais baratos no exterior.

Em 2016, 83,6% das importações de diesel no país foram feitas por empresas privadas. No caso da gasolina, 40,3%.

Em balanços divulgados nesta semana, os controladores de Raízen e Ipiranga comemoraram os bons resultados, mesmo em um ano de queda nas vendas.

A primeira fechou o ano com aumento de 12% na geração de caixa medida pelo Ebitda, para R\$ 2,2 bilhões. A Ipiranga experimentou aumento semelhante, de 11%, para R\$ 3,1 bilhões.

Entre os fatores que levaram ao bom desempenho, a Raízen aponta a estratégia de suprimento e comercialização, enquanto a Ipiranga cita oportunidades nos custos de combustíveis.

Para analistas, as empresas se beneficiaram das oportunidades para importar combustível mais barato quando a Petrobras manteve os preços acima do mercado internacional e souberam gerir seus estoques quando a estatal passou a mexer nos preços, no segundo semestre.

"Para os próximos trimestres, os resultados irão responder à nova política de preços da Petrobras, anunciada no mês passado e seguida por corte nos preços de diesel e gasolina, o que deve inibir a ampliação de margem dos distribuidores via importações", escreveram Wesley Bernabé e Viviane Silva, do BB Investimentos, em relatório sobre a Ultrapar, controladora da Ipiranga.

Em teleconferência na semana passada para detalhar o resultado financeiro, a diretora de relações com investidores da Cosan, Paula Kovarsky minimizou o peso das importações no balanço da controlada Raízen (que também pertence à Shell).

"Quando a gente fala de estratégia de comercialização e suprimento de produtos, isso vai muito além da importação. Aqui tem gestão de estoques e tem otimização logística", disse ela.

## LONGE DA BOMBA

Dados da ANP mostraram que, após os dois primeiros cortes de preços promovidos pela Petrobras em outubro de 2016, as distribuidoras levaram cinco semanas para começar a entregar combustível mais barato.

Sete semanas após os cortes, porém, os preços ainda não haviam chegado para os consumidores.

A concentração do mercado de combustíveis é motivo de preocupação para órgãos de defesa da concorrência.

Em parecer sobre compra da rede AleSat pela Ipiranga, a área técnica do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) cita a reduzida quantidade de empresas no setor e a dificuldade para que rivais ampliem sua posição para recomendar que a operação de R\$ 2,1 bilhões anunciada em junho de 2016 seja rejeitada.

Cita, ainda, o poder que as empresas têm para formar preços em um mercado tão concentrado.

"Se ela [venda da AleSat] for aprovada, a Ipiranga, a Raízen e a BR Distribuidora estarão em zona confortável para induzir ou impor a coordenação sobre centenas de mercados relevantes de revenda espalhados por todo o país, em grandes e pequenas cidades", diz o relatório.

**VEÍCULO: FOLHA DE S. PAULO**

**Seção: Mercado**

**Autor: Nicola Pamplona**

**Título: Agência quer definir leilões nos próximos cinco anos**

A ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis) vai propor ao governo um calendário de leilões de petróleo para os próximos cinco anos, já com indicação prévia de todas as áreas que serão oferecidos durante o período.

Segundo o diretor-geral da agência, Décio Oddone, a ideia é dar às petroleiras maior prazo para avaliar as oportunidades oferecidas, o que poderia aumentar a competição e o preço de cada área.

Atualmente, a divulgação das áreas é feita menos de um ano antes de cada leilão.

"Se faz um leilão em setembro e divulga as áreas em maio, as empresas têm apenas seis meses para estudar", justifica Oddone, que assumiu a direção-geral da agência em janeiro, substituindo Magda Chambriard.

Ele diz que a proposta em estudo prevê a realização de leilões de áreas do pré-sal e de outras bacias em todos os cinco anos, com o objetivo de reativar a atividade exploratória no país.

Em 2017, o governo prevê fazer a 14ª Rodada de Licitações de áreas no pós-sal e dois leilões do pré-sal, além de oferta de campos em terra.

Os leilões de petróleo estão entre as ações que o governo pretende pôr em prática para tentar destravar o investimento no país.

Em entrevista à Folha na semana passada, o secretário Planejamento e Assuntos Econômicos do Ministério do Planejamento, Marcos Ferrari, disse que as propostas para o setor podem gerar investimentos de R\$ 236,1 bilhões.

#### NOVAS REGRAS

Oddone defendeu as mudanças anunciadas esta semana nas regras de conteúdo local para a exploração de petróleo, que reduziram em 50% o percentual exigido para compras de bens e serviços no país e foram criticadas pelos fabricantes.

"A atração de investimentos gera volume de compras. Na prática, 100% de nada é sempre menor do que 40% ou 30% de algo que está na mesa", argumentou o diretor-geral da ANP, que fez carreira na Petrobras, passou pela Braskem e cuidou das operações de petróleo do porto do Açu antes de assumir a agência reguladora.

Oddone disse à Folha acreditar que setor de petróleo no país passa por uma "transformação irreversível", com a redução do peso da Petrobras e o fortalecimento do investimento privado.

Na sua opinião, com um número maior de agentes, o setor fica mais blindado a eventuais reviravoltas políticas e regulatórias.

**VEÍCULO: FOLHA DE S. PAULO**

**Seção: Mercado**

**Autor: Agência Brasil**

**Título: Conta de luz fica mais cara em março com bandeira amarela**

A bandeira tarifária que será aplicada nas contas de luz em março será amarela, ou seja, com cobrança extra de R\$ 2 a cada 100 quilowatts-hora (kWh) consumidos. A bandeira amarela é ativada quando é preciso acionar mais usinas termelétricas, por causa da falta de chuvas.

Segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), a previsão de chuvas nos reservatórios das hidrelétricas no mês de março ficou abaixo da expectativa anterior, o que levou a indicação de maior geração termelétrica como medida para preservar os níveis de armazenamento e garantir o atendimento à carga do sistema.

Desde dezembro, a bandeira tarifária estava verde, sem custo extra para os consumidores. Na semana passada, a Aneel aprovou os novos valores para as bandeiras neste ano.

O sistema de bandeiras tarifárias foi criado em 2015 como forma de recompor os gastos extras com a utilização de energia de usinas termelétricas, que é mais cara do que a de hidrelétricas. A cor da bandeira é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde) e indica o custo da energia em função das condições de geração de eletricidade.

Quando chove menos, por exemplo, os reservatórios das hidrelétricas ficam mais vazios e é preciso acionar mais termelétricas para garantir o suprimento de energia no país. Nesse caso, a bandeira fica amarela ou vermelha, de acordo com o custo de operação das termelétricas acionadas.

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Opinião

**Autor:** Adriano Pires

**Título:** A concorrência no mercado de combustíveis

O mercado de combustíveis passou por três importantes fases nos últimos anos. Na década de 1990, um processo de desregulamentação mal conduzido levou ao surgimento de uma grande quantidade de distribuidoras e de redes de revendedores, muitas das quais só sobreviviam em função da sonegação e da adulteração de combustível. Dentro deste contexto conturbado teve início uma competição desleal e surgiu uma quantidade expressiva de agentes irregulares.

A segunda fase veio com a Lei n.º 9.478/97, que consolidou o marco regulatório no setor de combustíveis e iniciou a correção das distorções. O restabelecimento da regulação e da fiscalização diminuiu a informalidade e veio uma nova configuração de mercado, em que as empresas que cumprem a legislação puderam competir e melhorar a qualidade dos serviços ao consumidor. A Petrobrás manteve o seu poder de monopólio no abastecimento de produtos e isso se acentuou no governo do PT por meio da adoção de uma política de preços que impediu a importação por outros agentes do mercado, restringindo o poder de contestação ao monopólio da estatal.

A terceira fase se inicia com a necessidade da Petrobrás de gerar caixa e parece se consolidar com o anúncio da nova política de preços dos combustíveis. Isso trará novos contornos a este mercado, e o principal será a promoção de uma maior concorrência, por meio do aumento de importações e surgimento de novos players, como distribuidoras, redes de revendedores, operadores logísticos, portuários e transportadores.

Em 2016, as três maiores empresas de distribuição tiveram juntas 67% do mercado, mas o interessante é que a maior fica apenas com cerca de 26% de participação. A mudança de postura da Petrobrás acelerou o crescimento expressivo de participação de mercado das distribuidoras regionais nos últimos dois anos. Mas é preciso ficar atento ao crescimento por meio da sonegação e da adulteração de combustível.

Esses números mostram que o mercado, ao longo dos últimos anos, evoluiu em termos de maior competitividade, desenvolvimento de novos agentes e melhoria na aderência à legislação, fundamental para o recolhimento de impostos e atratividade dos investimentos, aliados a uma clara melhoria na qualidade dos produtos e serviços ofertados ao consumidor final. Essas conquistas não podem ser revertidas, trazendo de volta as irregularidades observadas na década de 1990.

As grandes transformações que estão ocorrendo com a implantação do plano de desinvestimento da Petrobrás e com a adoção de uma política de preços baseada nos movimentos do mercado internacional e na afirmação de que não se venderão produtos no Brasil abaixo da paridade deste mercado nos levam a seis grandes conclusões sobre o futuro mercado de distribuição de combustíveis. Primeiro, a existência de um expressivo número de agentes que vão movimentar o mercado de distribuição e revenda de combustíveis.

Segundo, a concorrência no mercado brasileiro continuará a ser regional/local. Terceiro, haverá sempre espaço para a coexistência de vários modelos de distribuição e revenda. Quarto, o consumidor continuará tendo várias opções na hora de adquirir o seu combustível, reforçando o seu poder final de decisão. Quinto, são necessárias medidas contínuas que impeçam a sonegação e a adulteração em consonância com a modernização da regulação e da capacidade de fiscalização da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e demais autoridades.

Sexto, teremos ainda grandes alterações no mercado com as possíveis vendas das refinarias e terminais da Petrobrás, bem como da BR Distribuidora. Isso mostra que o mercado deverá ter uma configuração mais competitiva, havendo espaço, inclusive, para movimentos de fusão e aquisições de empresas.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

**VEÍCULO:** O Estado de S. Paulo

**Seção:** Economia

**Autor:** Anne Warth

**Título:** Contas de luz voltam a ter cobrança adicional em março

Com previsão de chuva para o mês abaixo das expectativas, Aneel decidiu adotar a bandeira amarela nas faturas

As contas de luz vão voltar a ter cobrança adicional em março. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu que as faturas de energia terão a bandeira amarela no próximo mês. O sistema de bandeiras é atualizado mensalmente pela Aneel. A amarela adiciona na conta R\$ 2 a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos. Segundo a Aneel, a previsão de chuvas para março ficou abaixo das expectativas, o que levou à necessidade de acionar mais termoeletricas para abastecer o País.

Assim, será possível poupar água dos reservatórios das hidrelétricas. A agência informou que no mês que vem será preciso ligar termoeletricas com custo acima de R\$ 211,28 por megawatt-hora (MWh). Quando o custo da última térmica acionada supera esse valor e fica abaixo de R\$ 422,56 por MWh, a Aneel aplica a bandeira amarela. Foi o que ocorreu agora – o custo será de R\$ 279,01 por MWh, segundo relatório do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

A bandeira amarela havia vigorado pela última vez em novembro. De dezembro a fevereiro, vigorou a verde, sem adicional na conta de luz. A Aneel este ano decidiu que, em um cenário hídrico desfavorável, o acionamento das bandeiras poderá ocorrer antecipadamente, mesmo que o custo das térmicas não chegue os níveis de preço predeterminados.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Mariana Sallowicz**

**Título: Preço da gasolina na refinaria volta a cair**

Petrobrás anunciou ontem um recuo médio de 5,4% na gasolina e de 4,8% no diesel; para o consumidor, porém, redução, se vier, será menor

A Petrobrás anunciou ontem a segunda queda consecutiva dos preços dos combustíveis em 2017. A petroleira decidiu revisar nas suas refinarias a partir de hoje o preço médio da gasolina em 5,4% e do diesel em 4,8%. Para o consumidor final, a companhia estimou que a gasolina pode cair 2,3% ou R\$ 0,09 por litro, e o diesel 3% ou cerca de R\$ 0,09 por litro, ambos também em média.

A projeção considera que o ajuste seja integralmente repassado e que não ocorram alterações nas demais parcelas que compõe o preço final. A redução no mesmo patamar da queda nas refinarias, no entanto, depende das distribuidoras e dos postos. A lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados.

Na prática, o que tem ocorrido desde quando a empresa anunciou a sua nova política de preços, em outubro de 2016, é um rápido reajuste para os consumidores apenas quando a estatal anuncia aumentos dos combustíveis. “O repasse não acontece na velocidade que o consumidor espera.

Quando tem baixa de preço nas refinarias, a distribuidora demora a repassar para o posto, mas quando sobe, a distribuidora eleva no mesmo momento”, afirmou o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de São Paulo (Sincopetro), José Alberto Gouveia. A previsão do Sincopetro é que as mudanças dos preços nas bombas sejam sentidas a partir da semana que vem.

Segundo a Petrobrás, a decisão vem principalmente pelo efeito da valorização do real desde a última revisão de preços, pela redução no valor dos fretes marítimos e ajustes na competitividade da estatal no mercado interno. A última alteração foi em 26 de janeiro, quando a gasolina ficou 1,4% mais barata nas refinarias e o diesel, 5,1%.

A empresa disse em nota que reafirma sua política de revisão de preços pelos menos uma vez a cada 30 dias, “o que lhe dá flexibilidade para lidar com variáveis com alta volatilidade”. “Os novos preços continuam com uma margem positiva em relação à paridade internacional, conforme princípio da política anunciada”, informou.

**VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**

**Seção: Economia**

**Autor: Mariana Durão, Daiene Cardoso e Igor Gadelha**

**Título: Murilo Ferreira deixa comando da Vale e por sucessor é reforçada**

**Troca.** Depois de quase seis anos na presidência da mineradora, o executivo afirmou ontem que não renovará seu contrato com a empresa, previsto para terminar em maio; sucessão coloca Vale no alvo de uma disputa política liderada por PMDB e PSDB de MG

Após quase seis anos à frente da Vale, o presidente da mineradora, Murilo Ferreira, anunciou ontem que deixará o cargo em 26 de maio, quando termina seu contrato. A sucessão coloca a mineradora no alvo de uma disputa política liderada pelo PMDB e o PSDB de Minas Gerais, Estado onde a companhia concentra boa parte de suas operações.

A proliferação de notícias de que Ferreira estaria se movimentando nos bastidores para permanecer no cargo teria acelerado a saída do executivo. “Posso garantir que nunca fiz incursões no meio político para preservar meu mandato”,

afirmou em conversa com jornalistas. “Felizmente não tenho a mosca azul do poder. Como diz a minha filha, a fila tem de andar”. Segundo fontes, ele preferiu deixar a companhia antes de um desgaste maior, como ocorreu com seu antecessor, Roger Agnelli, falecido no ano passado, que viveu uma queda de braço com o governo do PT antes de deixar a Vale.

A pressão em relação ao tema cresceu após o anúncio do novo acordo de acionistas, que pôs fim à Valepar, holding que controla a mineradora e reúne fundos de pensão estatais (capitaneados pela Previ), BNDES, Bradespar e Mitsui. A mudança tende a blindar a Vale, no futuro, de ingerência política. Por enquanto, porém, os sócios estatais ainda são majoritários, o que dá maior poder ao governo no processo. Segundo fontes, a busca por um substituto estaria sendo conduzida pelo presidente do BB, Paulo Caffarelli, e pelo presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi.

A decisão final, entretanto, terá de passar pelo crivo do Planalto. Visto como uma indicação direta da ex-presidente Dilma Rousseff, Ferreira ficou na berlinda desde o início de seu mandato, que coincidiu com um período de vacas magras para o setor. Em sua gestão, o executivo viu o preço do minério despencar de um patamar acima de US\$ 100 para a casa dos US\$ 30 a tonelada. Com a mudança de cenário, coube a Ferreira arrumar a casa, vendendo ativos e cortando custos (ver matéria ao lado).

Foi também na gestão de Ferreira que a Vale enfrentou sua maior crise, com o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, operada pela Samarco, joint venture com a BHP Billiton. O episódio gerou forte desgaste à imagem da companhia e, por tabela, à de Ferreira. No auge da tragédia ambiental, a Vale tentou se desvincular do acidente, alegando ser uma “mera acionista” da empresa. Pouco antes, a passagem de Ferreira no conselho da Petrobrás já tinha gerado desconforto e questionamento de investidores.

A relação do executivo com o governo federal também acabou arranhada quando ele decidiu abandonar o cargo na petroleira. Comunicado assinado pelo presidente do conselho e da Previ, Gueitiro Genso, afirmou que o processo de escolha de um sucessor para o cargo terá o apoio de uma empresa internacional de seleção (headhunter), como previsto no atual acordo de acionistas. Na época da indicação de Ferreira, entretanto, o processo levantou a desconfiança do mercado pela rapidez com que foi executado. O martelo sobre o sucessor de Agnelli foi batido em 24 horas, prazo relâmpago em relação à média do mercado para esse tipo de seleção.

Jogo político. A bancada do PMDB de Minas Gerais defende o nome de Clovis Torres Júnior, atual diretor executivo de Recursos Humanos e Sustentabilidade da empresa e presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro (Ibram).

Parlamentares do PSDB, por sua vez, estão encampando o nome de Gesner Oliveira, ex-presidente da Sabesp e do Cade. No Ministério da Fazenda, foi também secretário de Acompanhamento Econômico e subsecretário de Política Econômica. Na bolsa de apostas, vários nomes vêm sendo ventilados.

Além de Torres, os diretores da Vale Luciano Siani (Finanças) e Peter Poppinga (Ferrosos) são cotados. A lista tem ainda Eduardo Bartolomeo, ex-Vale, contratado da Brookfield e conselheiro da Vale desde o ano passado por indicação do BNDES. Também estariam no páreo José Carlos Martins e Tito Martins, ambos ex-diretores executivos da Vale e candidatos ao cargo desde a saída de Roger Agnelli. O nome do diretor de estratégia da Petrobrás, Nelson Silva, que já esteve na divisão de ferrosos da Vale, também circula.

Esta semana, o vice-governador de Minas Gerais, Antônio Andrade (PMDB), relatou uma conversa com o presidente Michel Temer. "O presidente me disse que vai indicar um nome de mercado. Não vai ser um nome da bancada do PMDB, nem do Aécio Neves. Ou seja, não será ninguém partidário", afirmou.

**VEÍCULO:** Correio Braziliense

**Seção:** Economia

**Autor:**

**Título:** Petrobrás reduz preço da gasolina e diesel nas refinarias

A Petrobras anunciou a redução do preço da gasolina e do diesel nas refinarias a partir de sexta-feira (27). De acordo com comunicado da estatal, o preço do litro de gasolina custará 1,4% menos. Já o diesel terá uma redução de 5,1% no valor do litro.

"A decisão é explicada principalmente pelo efeito da valorização do real desde a última revisão de preços e por ajustes na competitividade da Petrobras no mercado interno e pela redução dos preços dos derivados nos mercados internacionais, especialmente do diesel, que registrou uma elevação de estoques em função de um inverno menos rigoroso que o inicialmente previsto no hemisfério norte", informou a Petrobras em comunicado.

Se o reajuste for integralmente repassado ao consumidor, a Petrobras estima que o preço da gasolina caia 0,4%, ou R\$ 0,02 por litro. Já o valor do diesel chegará ao consumidor 2,6% menor - um desconto de R\$ 0,08 por litro.

A estatal lembra que os postos de combustível têm liberdade de preço e que "as revisões feitas pela Petrobras nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor". "Isso dependerá de repasses feitos por outros integrantes

da cadeia de combustíveis, especialmente distribuidoras e postos revendedores", afirmou a Petrobras, em comunicado.

### **Revisões de preços**

Em outubro, a Petrobras anunciou uma nova política de definição do preço dos combustíveis nas refinarias. A cada 30 dias a estatal avalia seus preços de mercado, considerando fatores como o câmbio e o preço do barril do petróleo.

Nas primeira reunião, em outubro do ano passado, a estatal reduziu em 3,2% o preço da gasolina e em 2,7% do diesel nas refinarias. No mês seguinte, fez uma nova redução na gasolina e diesel, respectivamente, de 3,1% e 10,4%.

Em dezembro, a empresa reverteu a tendência de queda e elevou os preços do litro da gasolina (8,1%) e diesel (9,5%).

Na primeira reunião de 2017, no dia 5 de janeiro, a estatal manteve o preço da gasolina e elevou em 6,1% os valores cobrados pelo litro do diesel nas refinarias.

### **Impacto no mercado**

O preço da gasolina vem em trajetória de alta nas últimas semanas, puxadas em parte pelo reajuste feito pela estatal em dezembro. Na semana encerrada na última sexta-feira (20), o preço médio da gasolina no país subiu pela terceira semana seguida e atingiu R\$ 3,774 o litro, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

### **MME / ASCOM**